



Serviço Público Federal
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LANCHE PARA OS EVENTOS
REALIZADOS PELO CRMV/GO**

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de lanches (salgados e similares) e bebidas não alcoólicas para os seminários de responsabilidade Técnica e eventos promovidos pelo CRMV-GO, conforme tabela abaixo:

(A). Previsão da quantidade de eventos para o ano de 2019: 12.
(B). Previsão de quantidade média de participantes: Aproximadamente 100 participantes por evento.
(C). Estimativa de consumo de salgados e quitandas por participante: 06 unidades de salgados/quitandas.
(D). Estimativa de consumo de bebidas por participante: Aproximadamente 300 ml por evento.
(E). Estimativa de coffee break por evento: 01.
(F). Estimativa total de Coffee-break: 12.

1.2. Os objetos e quantidades mínimas a serem adquiridos pelo CRMV/GO são:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
1	Salgados Tradicionais, conforme especificações	CENTO	48	R\$ 74,00	R\$ 3.552,00
2	Salgados Especiais, conforme especificações	CENTO	24	R\$ 78,00	R\$ 1.872,00
3	Quitandas, conforme especificações	CENTO	24	R\$ 95,20	R\$ 2.284,80
4	Refrigerantes	2 LT	120	R\$ 8,00	R\$ 960,00
5	Sucos	1 LT	120	R\$ 4,85	R\$ 582,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 9.250,00





Serviço Público Federal
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
CRMV-GO

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objetivo da contratação é oferecer lanches para os participantes dos eventos realizados pelo CRMV/GO;

2.2 A contratação para a execução dos serviços de fornecimento de lanches (salgados, quitandas e similares) e bebidas não alcoólicas, objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal, no Acórdão nº 3.172/2012 da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1.730/10-Plenário TC-000.303/2010-5 e no artigo 4º, alínea "I", da Resolução CFMV nº 591/92. O procedimento de compra por registro de preço tem amparo nos Decretos nº 7.892/13, 8.250/14 e 3.555/00, na Lei nº 10.520/02 e Leis Complementares nº 123/06 e 147/14.

3. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 A licitação será composta por itens que compõe um único grupo, uma vez que TODOS os alimentos deverão ser fornecidos pela mesma empresa.

3.2 A contratada deverá entregar os alimentos na data e horário estabelecido pelo CRMV/GO. As Autorizações de Fornecimentos serão encaminhadas em até 24 (vinte e quatro horas) da data do evento.

3.3 No momento da entrega os produtos poderão ser recusados pelo CRMV-GO se não apresentarem qualidade e/ou não condizerem com este termo de referência.

3.4 Cabe ressaltar que a quantidade serve como parâmetro às Licitantes para a formulação das propostas, não constituindo, entretanto, qualquer compromisso futuro, eis que o fornecimento do objeto somente estará concretizado após autorização de fornecimento pelo CRMV-GO.

3.5 A compra dos produtos pode não ocorrer de forma imediata, mas a qualquer momento da vigência da Ata e de forma parcelada.

3.6 Por se tratar de Ata de Registro de Preços a dotação orçamentária é efetuada a cada pedido realizado pelo CRMV-GO, conforme prevê o Decreto 7.892/13 em seu art. 15 e possíveis alterações posteriores.

3.7 Nos preços da proposta deverão estar incluídas todas as despesas diretas e indiretas que sejam necessárias ao fornecimento do objeto contratado, inclusive o valor da entrega.

3.8 Os produtos deverão ser entregues na sede do Conselho Regional de Medicina Veterinária do estado de Goiás localizada na Av. Universitária, nº 2.169, Qd. 113-A, Lt. 7-E, St. Leste Universitário, Goiânia/GO. Caso necessário será indicada localização diferente na Autorização de Fornecimento, podendo ser qualquer endereço em Goiânia ou Região Metropolitana, o que não poderá ensejar custo adicional e nem recusa da empresa contratada em realizar a prestação de serviço.

4 ESPECIFICAÇÕES MINÍMAS

4.1 A empresa contratada deverá possuir e manter, durante toda vigência da Ata, sede ou filial no município de Goiânia ou região metropolitana, para que tenha condições de atender de forma imediata as demandas do Conselho para o serviço contratado;

4.2 O fornecimento será efetuado mediante a apresentação de autorização de fornecimento, encaminhada em até 24 horas (vinte e quatro horas) antes do evento, expedida pela CONTRATANTE, na qual deverá conter especificação do evento/reunião (dia/horário/local) e autorização (assinatura) de servidor previamente designado pelo CRMV-GO;





Serviço Público Federal

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS

4.3 Os itens que deverão ser apresentados em proposta são: Salgados Tradicionais, Salgados Especiais, Quitandas, Refrigerantes e Sucos, contendo minimamente as descrições apresentadas no quadro abaixo:

ITEM		DESCRIÇÃO
GRUPO I		
1	SALGADOS TRADICIONAIS (Cento)	Pastel frito de carne e de queijo, empada de frango, coxinha de frango, rissole de milho, enroladinho de queijo e de salsicha, quibe tradicional e com catupiry, esfirra de carne, croquete de frango, bolinha de queijo, rissole de carne.
2	SALGADOS ESPECIAIS (Cento)	Diplomata, enroladinho de queijo molhado, mini pizza de presunto e queijo, disco de carne, folhado de goiaba, mini quiche de presunto e queijo, torta de frango, torta de presunto,
3	QUITANDAS (Cento)	Pão de queijo, biscoito de queijo, bolo de cenoura, bolo de laranja, bolo de chocolate, bolo de coco.
4	REFRIGERANTES (Garrafa de 2 Litros)	Marcas vendidas nacionalmente e reconhecidas pelo grande público, de refrigerantes de 02 litros do tipo normal e zero, sabor cola e guaraná. ENTREGUE GELADA.
5	SUCOS (Caixa de 1 Litro)	Marcas vendidas nacionalmente e reconhecidas pelo grande público, de sucos prontos de embalagem, tipo Tetrapak, de 01 litro de sabores variados. ENTREGUE GELADO.

4.4 A avaliação da qualidade dos produtos será feita mediante a aprovação das amostras dos produtos que deverão ser remetidos ao CRMV-GO antes do aceite da Proposta;

4.5 Os alimentos fritos não poderão estar oleosos e/ou com aparência escura, fato que é proporcionado pela utilização de óleo velho ou reutilizado na cocção dos alimentos;

4.5.1 Para a confirmação deste fato o CRMV-GO poderá fazer diligencia na sede da Contratada para a conferência do processo de produção dos alimentos.

4.4 Não serão aceitos alimentos queimados ou crus, seja frito seja assado. Estes serão devolvidos e deverão ser substituídos de forma imediata.

4.5 Todos os salgados, quitutes e quitandas deverão respeitar o padrão (tamanho, sabor, apresentação visual) apresentado nas amostras.

4.6 A conferência da qualidade das bebidas será feita através dos lacres (elas deverão estar com os lacres inviolados) e da verificação do prazo de validade indicado pelo fabricante.

4.5 Caso alguma bebida, mesmo dentro do prazo de validade, esteja estragada a Contratada tem a obrigação de fazer a substituição do produto;

4.6 Os salgados deverão ser entregues quentes, saborosos, com material de qualidade e “recém feitos” e as bebidas geladas, com suas embalagens devidamente lacradas e dentro do prazo de validade;

4.7 Antes do aceite da proposta a licitante vencedora deverá fornecer AMOSTRA para que seja verificada se a qualidade dos produtos corresponde ao padrão de qualidade exigido neste Termo de Referência.





Serviço Público Federal
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
CRMV-GO

5 DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DO CONTRATO

5.1 A Ata de Registro de Preços será assinada pelas partes tão logo seja exarado o Despacho homologatório e adjudicatório que aponta a empresa vencedora do certame e os preços a serem registrados. A referida Ata terá vigência de 12 (doze) meses;

5.2 O contrato ou instrumentos equivalentes firmado, referentes à prestação dos serviços poderão ser prorrogado até o limite máximo de 60 (sessenta) meses;

5.3 No caso de prorrogação do contrato ou instrumento equivalente, o reajuste será negociado entre as partes, não podendo ultrapassar o índice do INPC – IBGE, acumulado nos últimos 12 (doze) meses da vigência do contrato ou instrumento equivalente.

6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

6.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

6.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo.

6.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

6.6 Encaminhar a Autorização de Fornecimento com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do horário do evento.

7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo e em sua proposta.

7.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

7.3 Manter o empregado e realizar as entregas nos horários predeterminados pela Administração.

7.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

7.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.





Serviço Público Federal

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS

- 7.6 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.
- 7.7 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão a autarquia para a execução do serviço.
- 7.8 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.
- 7.9 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 7.10 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.
- 7.11 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 7.12 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 7.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 7.14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 7.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 7.17 Entregar os alimentos em perfeitas condições de consumo, dentro de seu prazo de validade, sem propriedades tóxicas ou alergênicas, responsabilizando-se pela qualidade dos mesmos;
- 7.18 **Entregar os alimentos quentes, saborosos, com material de qualidade e “recém feitos” e as bebidas geladas**, com suas embalagens devidamente lacradas e dentro do prazo de validade;

8 DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 8.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 8.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.





Serviço Público Federal
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
CRMV-GO

8.4 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto aferindo a qualidade da prestação dos serviços.

8.5 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.6 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.7 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.8 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste termo.

8.9 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.10 O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.11 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.12 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.13 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 9.1.1 Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 9.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 9.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 9.1.4 Comportar-se de modo inidôneo; e





Serviço Público Federal
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS

8.1.5 Cometer fraude fiscal.

9.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.2.2 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

9.2.3 Multa de:

9.2.3.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

9.2.3.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

9.2.3.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

9.2.3.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

9.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

9.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU





Serviço Público Federal
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
CRMV-GO

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01

9.2.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

9.2.5 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

9.2.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

As sanções previstas nos subitens 9.2.1, 9.2.3, 9.2.4 e 9.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

9.3.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.3.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.3.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.





Serviço Público Federal

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS

9.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10 DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento se dará por boleto bancário, cheque ou transferência para o Banco do Brasil, conforme escolha da contratada, em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da nota fiscal.

10.2 A Nota Fiscal e o Boleto Bancário, com as devidas retenções, deverão ser emitidos até o 10º dia subsequente à prestação do serviço e deverá vir acompanhada das Certidões de Regularidade Fiscal perante à Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista

10.3 Caso a Nota Fiscal ou Boleto Bancário apresente erro, este deverá ser corrigido em até três dias úteis da solicitação da Contratante, e o prazo para pagamento de 5 (cinco) dias úteis deverá contar do envio da documentação correta.

10.4 Caso a Contratada esteja com irregularidade nas certidões, terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para realizar a regularização, só após o envio das certidões regulares contará o prazo para pagamento supracitado.

Goiânia, 11 de abril de 2019.

Elaboração do Termo de Referência

Elaboração das Especificações Técnicas

NOS TERMOS DO ART. 9º, INCISO II, DECRETO Nº 5.450/05, APROVO O
PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA
LICITAÇÃO.

Goiânia, ____ de ____ de 2019

Olízio Claudino da Silva
Presidente do CRMV/GO

